



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI – BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1698/05	DATA: 26/10/2005
INÍCIO: 15h20min	TÉRMINO: 16h46min	DURAÇÃO: 01h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h27min	PÁGINAS: 29	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO
DAN ÉRICO LOBÃO - Supervisor da CEPLAC/MAPA, de Itabuna, Bahia; MARCO ANTÔNIO RAPOSO DO NASCIMENTO - Presidente da Associação brasileira de Archetários — ABA

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há intervenções inaudíveis. Houve exibição de imagens.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Declaro aberta a 47ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas das 45ª e 46ª reuniões. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sra. Presidenta, requeiro a dispensa da leitura das atas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Por solicitação do Deputado Marcus Vicente, está dispensada a leitura das atas.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Ordem do Dia

Em virtude da aprovação de requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para a oitiva das seguintes testemunhas: Sr. Dan Érico Lobão, servidor da CEPLAC/MAPA em Itabuna, Bahia, e Sr. Marco Antônio Raposo Nascimento, Presidente da Associação Brasileira de Arquetários — ABA em Domingos Martins, Espírito Santo.

Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido o Sr. Dan Érico Lobão a tomar assento à mesa e solicito ao Sr. Marco Antônio Raposo Nascimento que se encaminhe à Secretaria da CPI para aguardar o momento do seu depoimento. (*Pausa.*)

Passo neste momento, em virtude de outros compromissos, a Presidência ao Deputado Sarney Filho. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO FEU ROSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO FEU ROSA - Sr. Presidente, antes de iniciarmos os depoimentos, gostaria de, em nome da bancada capixaba, porque todos os Deputados e Senadores da nossa bancada foram consultados, caracterizar a



posição muito ímpar do Espírito Santo no contexto nacional no que tange à produção de arcos para instrumentos. Nosso Estado tem quatro fábricas de arcos. O produto, a matéria-prima para esses arcos é o pau-brasil. Então, como existe um desentendimento na questão burocrática e na questão institucional com relação a isso, eu queria que a Comissão registrasse que a posição da bancada capixaba é, primeiro, preservar tudo o que está sendo apurado pela Comissão. Segundo, nós reconhecemos o zelo das autoridades do meio ambiente, o zelo das autoridades pertinentes com relação a isso, mas, absolutamente, no que tange à questão de biopirataria, não tem sido essa a posição que nós esperamos ser considerada com relação às nossas fábricas de arco no Espírito Santo, inclusive e principalmente nos Municípios de Aracruz, João Neiva e Domingos Martins. Então, Sr. Presidente, queríamos contar com o maior apoio possível da Comissão para aquelas fábricas, que sempre foram zelosas na preservação das matérias-primas, na preservação das árvores e inclusive têm papel importante no reflorestamento da espécie pau-brasil, que é chamada cientificamente de *caesalpinia echinata*. Então, nós gostaríamos que a Comissão levasse isso em consideração e que, no que estivesse relacionado à questão do pau-brasil, às fábricas de arco do Espírito Santo, todos fossem zelosos nessa matéria, porque é um caso ímpar no Brasil e no Espírito Santo.

Por uma questão de sorte histórica, nosso Estado tem fábricas de arcos de violino, e toda a produção dessas hastes de violino são para exportação e empregam muitas pessoas. Há muitas famílias envolvidas com isso. Agora, o mais forte de tudo isso é que todas elas estão intimamente relacionadas com a preservação da espécie, todas elas têm planos de reflorestamento da espécie, todas elas levam para as escolas locais mudas e instigam até os alunos e todos a se envolverem na preservação e no plantio da espécie pau-brasil, cujo nome latino, característico do Espírito Santo, falamos há pouco, entre várias espécies de pau-brasil.

Então, Sr. Presidente José Sarney Filho, eu gostaria de agradecer essa gentileza de me permitir esta breve fala sobre essa matéria e de parabenizar esta Comissão pelos trabalhos que tem desenvolvido.

Eu queria aqui, de acordo com o que nós vamos ouvir dos palestrantes, que nós, evidentemente, façamos tudo dentro das normas do nosso Instituto Brasileiro



de Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente e de acordo com as resoluções, principalmente a 317, de 4 de dezembro de 2002, que foi baixada. E essas empresas têm sido zelosas, bem como as nossas autoridades, em preservar o que ali está inserido.

Muito obrigado a V.Exa. e a todos.

Boa palestra para o palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Deputado Feu Rosa.

V.Exa. sabe que esta CPI e esta Relatoria têm o maior cuidado no que diz respeito a promovermos sempre o desenvolvimento sustentável e incentivarmos a promoção do desenvolvimento sustentável, evidentemente tomando todas as cautelas para que, na realidade, seja realmente o desenvolvimento sustentável o fato que norteia o progresso de determinada região ou de determinado segmento da indústria.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sr. Presidente Sarney Filho, Srs. Deputados, só para subscrever as palavras do Deputado Feu Rosa, digo que esse desenvolvimento sustentado que tem acontecido nas fábricas de violino no Espírito Santo vem acontecendo exatamente há 30 anos, sendo produto de exportação que leva a marca do Espírito Santo e do Brasil, um produto originário lá da chegada dos portugueses no Brasil, e dizer a V.Exa. que isso gera, em torno da nossa região, em Domingos Martins, João Neiva e Aracruz, 200 empregos diretos e 60 empregos indiretos. Todos esses empresários, com os quais tenho muito pouco contato, estão comprometidos com o desenvolvimento econômico e social e a preservação do meio ambiente.

Eu quero subscrever as palavras do Deputado Feu Rosa e fazer coro com esse trabalho da CPI, que é exatamente o de procurar buscar a pirataria e o desmate ilegal, a grande fonte de inspiração desta CPI, preservando, evidentemente, os empresários que trabalham dentro da lei pela sustentabilidade da comunidade, através do plantio de mais de 500 árvores de pau-brasil, o que já foi feito nesses últimos 30 anos, promovido por essas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Estão registradas as palavras do Deputado Marcus Vicente.

Vamos agora ao depoimento.



Solicito ao Sr. Dan Érico Lobão que, em atendimento ao nosso Regimento e ao art. 203 do Código de Processo Penal, em conformidade com o art. 210, preste o juramento.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - O art. 342 diz que fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, a pena é reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Agradecendo a presença ao expositor, vamos passar a palavra por até 20 minutos ao Sr. Dan Érico Lobão.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Boa-tarde. Cumprimento o Ministro e demais membros da mesa e da Comissão e presentes. Agradeço o convite e coloco a minha experiência de aproximadamente 30 anos ininterruptos de serviços prestados à região cacauera nos domínios da Mata Atlântica, no Ministério da Agricultura, no Centro de Pesquisa do Cacau. Atualmente, eu poderia afirmar que toda a minha atividade acadêmica, desde a graduação, especialização, mestrado e até mesmo o doutorado, que está em curso, tem sido voltada para estudos e uso sustentável de recursos florestais nativos. Eu, como engenheiro florestal, nunca trabalhei com espécies exóticas e nem com o sistema de *plantation*, como nós chamamos. Minha experiência é voltada realmente ao local, ao sul da Bahia, à região do cacau. (*Segue-se exibição de imagens.*) Gostaria de agendar com vocês os próximos 20 minutos em 5 pontos básicos: fazer uma abordagem introdutória reflexiva, um breve histórico da situação e do envolvimento da minha instituição e meu em relação ao pau-brasil; num terceiro ponto, nivelaria as informações de que disponho e falaria um pouco sobre a questão do resgate e conservação e passaria ao quinto ponto, as considerações finais. Essa é a minha intenção nestes próximos 20 minutos. Eu gostaria que os senhores focassem esse problema. A gente fala muito de desenvolvimento sustentável, que norteia ou pelo menos serve de orientação para a busca de uso do solo e dos recursos naturais, mas existe uma legislação vigente que, muitas vezes, não está coadunando nessa busca do desenvolvimento sustentável, existe a pressão produtivista e existe hoje a pressão preservacionista. Como encontrar esse equilíbrio entre o desenvolvimento sustentável que seja legal e que, ao mesmo tempo, atenda à produção e não vá ferir as correntes



preservacionistas, que hoje estão fortes e direcionando inclusive legislações nesse sentido e políticas públicas? Esse é o grande dilema de um profissional ou de uma instituição que trabalha no desenvolvimento rural. Colocando isso em imagens, nós teríamos mais ou menos um quebra-cabeça enfocando 4 pontos básicos. Quando algumas vezes temos um trabalho social e ele atende e casa com a área produtivista, às vezes, fere a questão do desenvolvimento sustentável. Esta seria a condição ideal: que você tivesse o aspecto preservacionista, a legislação, o social e a produção harmonizados — e vem um conceito novo — e uma conservação produtiva. Não está nos manuais, não está na lei esse termo, mas, como nós viemos de uma região peculiar, como a região sul da Bahia, onde tem o cacau, que é uma cultura diferenciada, nos permite perceber que esse conceito é aplicado há 250 anos. Então, algumas vezes, esse sistema agrossilvicultural cacau-cabruca é preservacionista, em alguns momentos, ele atende a legislação, mas ele consegue equilibrar esses quatro vetores que impulsionam o nosso desenvolvimento hoje. Para que a gente possa entender um pouquinho isso, vamos fazer um breve histórico do que é a CEPLAC. Com uma grande crise na década de 50, o Ministério da Fazenda cria uma comissão dentro do Banco do Brasil para avaliar os danos que a região tinha e quanto seria necessário de aplicação de recursos. Nasce a CEPLAC, ganha força e começa a trabalhar com pesquisa, ensino e extensão, e, nesse momento, ela arrecada do cacau, inicialmente, 12%, posteriormente, 10% e cria uma instituição diferenciada com recurso regional. Isso fez ela forte, inclusive impulsionando o desenvolvimento. Na região, nós até brincamos dizendo que os vales de Salvador, o Pólo Petroquímico foi financiado pela região cacauzeira, tão forte foi a transformação ocasionada. Isso a partir da década de 50 para cá, mas a região já tinha uma cultura do cacau há mais de 200 anos. Bom, essa é a instituição CEPLAC. O pau-brasil é uma espécie característica da Mata Atlântica. Ela é parente de uma outra árvore, a sibipiruna, muito plantada em arborização. O pau-brasil não foi valorizado para a arborização. Uma outra árvore também usada em jardinagem é o pau-ferro — ela tem outros parentes próximos. E o pau-brasil realmente foi usado — esta história é conhecida —, foi o precursor de todo o processo, quer dizer, já falávamos em *commodity*, o pau-brasil, já existia naquela época. O pau-brasil, por mais de 350 anos, impulsionou o Brasil em termos de produção econômica. Eu poderia contar uma história da relação da CEPLAC com o pau-brasil da seguinte



forma: na década de 60, Dr. Paulo de Tarso Alvim, pesquisador que criou o Centro de Pesquisa do Cacau na CEPLAC, percebe a importância do pau-brasil como cientista, adquire uma área em Porto Seguro para a conservação *in situ* e adquire 1.151 hectares dos melhores fragmentos, com menor antropização e com maior densidade de pau-brasil. Mas na visão dele agrônoma, infelizmente, não colocou na extensão devida. Podendo comprar 12, 20 mil hectares — a CEPLAC até tinha dinheiro na época —, pensou só na população *in situ* e comprou 1.151 hectares. Essa é a primeira participação da CEPLAC, criando uma unidade — ainda não tínhamos núcleo, não tínhamos isso regulamentado — de conservação *in situ* do pau-brasil. Na década de 70, numa viagem à UNESCO, numa reunião da UNESCO, a UNESCO percebendo que era necessário criar unidades de conservação em vários biomas, se reúne. O Alvim participa dessa reunião, e ele é induzido pela UNESCO a criar, a transformar aquela estação, aquela unidade, que seria, na verdade, a reserva biológica, perdão, uma reserva do pau-brasil numa estação ecológica. Então, antes de estar na lei, o Brasil já tinha uma unidade de conservação, já tinha uma estação ecológica. Ela veio conduzindo como tal nos princípios, nas normas que regem uma estação ecológica. Nós até dizemos que ela é de fato, mas não de direito, porque não tem regulamentação. E 80% da área conservada e 20% para pesquisa. Resultado: Cria a ESPAB — Estação Ecológica do Pau-brasil e a vem conduzindo de forma como se fosse uma estação ecológica, mesmo não sendo de direito, mas de fato, e na década de 90 começa uma relação mais próxima. Com os festejos dos 500 anos, Porto Seguro passa a ser o palco central da atuação de todas as instituições. A CEPLAC, bem instalada na região como ponto de apoio, ajuda a Comissão Interministerial nos festejos naquele Museu Aberto do Descobrimento e cria-se o Museu Aberto do Descobrimento Agrário, parte rural, e a CEPLAC participa. Resultado: A estação, pelo esforço de anos, está bem cuidada, recebe um prêmio da UNESCO e é transformada em patrimônio natural da humanidade, sem ser unidade de conservação. Isso realmente foi um precedente que a UNESCO colocou face ao estado de conservação. Para esse mesmo tempo, participamos desse projeto nacional até junto com o IBAMA. Nasceu, na verdade, esse projeto de plantar uma árvore em cada repartição pública. Posteriormente, ficou em cada colégio. Isso nasceu na idéia de Pedro Segal, em São Paulo, conversando com o Presidente da Comissão Interministerial. Ele começa um projeto



e pede à CEPLAC apoio. Depois a CEPLAC, com o IBAMA, realiza o plantio de uma árvore, e a Comissão inteira participando com a participação dos Correios. Resultado: Para que pudéssemos produzir essas mudas, não sabíamos quantos colégios existiam, quantas escolas públicas. Nós nos preocupamos — até o colega Nedel participou ativamente do IBAMA — tínhamos uma dúvida de ter sempre muda disponível, e começamos a procurar árvores matrizes, porta-sementes, sem sabermos direito a quantidade de mudas a serem produzidas. Com isso, passamos a conhecer um pouco mais o pau-brasil. Oitenta por cento de todas as árvores que encontramos estavam sombreando o cacau, não estavam nas remanescentes. Quer dizer, na nossa região, o cacau, que havia salvo a Mata Atlântica, também salvou junto o pau-brasil. Com isso, os técnicos, tínhamos na década de 90, com aquele início de desenvolvimento, na questão do desenvolvimento sustentável, os técnicos se reuniram, tínhamos um grupo interdisciplinar e interinstitucional e discutíamos essa coisa de desenvolvimento sustentável. Tentávamos entender, ver como aplicava. E esse grupo elaborou uma proposta muito mais social e ecológica do que produtivista, mas tinha uma falta no projeto. Nesse momento, estávamos também lutando pelo sistema cacau-cabruca porque sempre essa questão do *plantation*, a área extensiva monocultural sempre ameaça esse tipo de produção mais natural. Então, tentávamos viabilizar o sistema cacau-cabruca como um sistema agrossilvicultural. Nesse momento, escolhemos o pau-brasil — lógico a possibilidade do ano 2000 — como elemento principal. Se déssemos a utilidade sustentável, comercial, mas dentro de princípios de regimes sustentável, estaríamos viabilizando um sistema que conservava a Mata Atlântica. E aí escolhemos o pau-brasil, mas não conseguimos apoio. Tentamos o Banco do Brasil, tentamos carta-consulta. Até estávamos pensando assim: no ano 2000, chegaríamos para o Embaixador de Portugal e diríamos: “Olha, você é responsável por tudo isso, dá um jeito de financiar esse projeto”. Ficava naquela brincadeira o grupo técnico. Resultado: 2000 passou, não conseguimos financiar o projeto, não conseguimos avançar o projeto, e em 2001 guardamos o projeto, no final de 2001 já tínhamos guardado o projeto. Nesse período, chega um empresário na CEPLAC vindo de um *workshop*, o segundo *workshop* do pau-brasil — o primeiro aconteceu em Búzios em 94/95 com técnicos, o segundo aconteceu em Dário Meira, se não me falha a memória, envolvidos técnicos e empresários. O colega Haroldo, do Jardim Botânico, participou dos dois, o



colega André, que participou do primeiro, tinha falecido, um colega da CEPLAC, não nos fizemos presente. Resultado: esse empresário, que tinha participado do segundo, aparece na CEPLAC e diz: *“Olha, eu recebi informações de que vocês trabalham com pau-brasil, vocês têm pesquisa, e estou atrás de um projeto”*. Eu disse: Qual projeto você gostaria? - *“Eu gostaria de um projeto que a gente pudesse dizer ao mundo que o pau-brasil não corre risco de extinção”*. Ora, naquela hora, 1 ano atrás, um projeto guardado na gaveta. Aí mantivemos aquela postura. O técnico, quando vê a possibilidade de um projeto acontecer, ele fica empolgado. Mantivemos uma certa postura e falamos assim com ele: *“Mas qual é a sua linha de pensamento?”*. Ele disse: *“Olha, tem que ser um projeto que garanta a sustentabilidade da espécie. Mas eu já tenho visitado algumas universidades e outros institutos de pesquisa e o projeto está muito acadêmico”*. E o nosso projeto não era tanto acadêmico porque essa luta com o social a vida inteira, no corpo a corpo com a comunidade rural, fez o nosso projeto sempre baseado na função social, na educação. Com 30 dias, nós adequamos um projeto, que inicialmente tinha o nome de Pau-brasil — vida, arte e negócios, e culminou em 2003 com o convênio do MAPA/CEPLAC com o IPCI, ABA, UESC e FUNPAB, que é a Fundação Pau Brasil, presidida pelo Dr. Paulo Alvim. Esse convênio foi publicado no DOU nº 254, em 31 de dezembro de 2003. Nascia um projeto numa visão não tão acadêmica, de apenas pesquisa, mas que tinha toda força acadêmica que a região era capaz de produzir. A capacidade instalada da região estava presente. Tinha um projeto voltado, com toda experiência nossa de região cacauzeira, para a comunidade, pensando na comunidade. Ao mesmo tempo, ele deveria atender à conservação e à preservação. Agora, por que no nosso projeto a gente tinha essa visão? Porque a gente tinha um sistema que nos permitiu dizer, em pleno ano 2000, diferente de todos os outros sistemas agrícolas, que podia fazer uma conservação produtiva. Bom, esse foi o histórico mais ou menos do envolvimento da instituição com o projeto formal. Passarei para um terceiro ponto, que será nivelar informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Informo a V.Sa. que tem 5 minutos para concluir.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Então, eu vou abreviar um pouquinho. É interessante. Como técnico, o tempo passa mais rápido. É impressionante. A



ocorrência natural do pau-brasil. Este é o domínio da Mata Atlântica. Este é um mapa do domínio original da Mata Atlântica. Este é o dito atual. Esta é a região cacauera com os remanescentes mais significativos, eu diria, os melhores e mais significativos remanescentes da Mata Atlântica em área agricultável. São Paulo, em termos de área, é maior, mas é região da escarpa da Serra do Mar, não agricultável. Bom, esta região de ocorrência no Rio Grande do Norte, no Cabo do Touro, até o Rio de Janeiro. Indício de ocorrência na Ilha Bela em São Paulo, está registrado aqui, mas não está confirmado. O Espírito Santo e o sul da Bahia. Essa é a região cacauera como a maior remanescente, inclusive Minas Gerais. O pau-brasil na região cacauera, eu vou passar essa fase, mas ele está sempre distribuído, o cacau, 80%. Apenas 20% do nosso trabalho é registrado em matas secundárias. Pouco de pasto, muito pouco em pasto, talvez 1%, e em matas, com estrutura de mata primária, porque não tem mais mata primária hoje em dia. Isto é importante para que vocês percebam por quê. Essa é uma cidadezinha chamada Governador Lomanto Junior, a antiga Barro Preto. Aqui está parecendo mata, mas é cacau. Esse é o perfil do sistema cabruca. Aparenta uma mata. Aqui é o interior de uma mata. Próximo. Isso é um pé de cacau antigo carregado de orquídeas. Eles gostam muito para fazer ikebana. Próximo. Este é um sistema cabruca que foi cortado e substituído por café. Próximo. Este é o sistema cabruca que foi cortado e substituído por pasto. Quer dizer, no mesmo sistema de cacau é permitido poder fazer outro tipo de cultura. Esse sistema tem que preservar. Por isso, nós falamos que ele mantém a conservação produtiva. Essa é a logomarca do nosso programa. Próximo. Eu diria o seguinte: É uma imagem mais para poder fixar. Como é difícil você juntar interesses de várias partes — interesse da preservação, interesse da área comercial, interesse da conservação, interesse do social — numa barca só. Outra coisa, deveríamos eliminar o papagaio, perdão, o pica-pau? Estaríamos eliminando o processo, ou educá-lo ao momento certo? Essa é a visão que começamos um projeto, e hoje se agregam essas instituições. Esta aqui é a última que já entrando oficialmente, que é o Jardim Botânico, que está com o contrato de cooperação técnica sendo assinado. Por favor. Para que você faça o resgate e a conservação produtiva não pode ficar fora o mercado, não pode, seja ele o mercado de arca de violino, seja ele o mercado da tinta, que até hoje é requerido, seja ele a madeira para fazer mourões e cercas, como é usado, e até mesmo artesanato. É preciso agregar todos eles no processo e



educá-los. É possível fazer isso. E a proposta desse programa é plantar 2,2 milhões de árvores de uma forma ordenada e tecnicamente embasada. Hoje, conseguimos aqueles parceiros que se comprometeram com 500 mil árvores fazer a conservação *in situ*, em áreas protegidas, e *ex situ* para que a espécie possa evoluir como ser vivo. Reintroduzir a área onde foi erradicado e envolver a comunidade regional. O resultado preliminar desse projeto numa primeira etapa é fantástico: uma espécie nova descoberta de árvore, o brasileto; duas espécies de fungo; no primeiro ano, 28 mil mudas plantadas, quando nos comprometemos a plantar 24 mil mudas. Pesquisa. A variedade de pau-brasil, que trouxe inclusive aqui para poder mostrá-los. A sociedade brasileira não conhece. São três morfotipos. Ainda não está botanicamente definida como variedade. Na Bahia, os três ocorrem. O chamado folha de arruda ocorre em todo o Brasil; o folha de café, no Espírito Santo e um pouquinho na Bahia, e o folha de laranja, que só ocorre na Bahia, numa área extremamente restrita. É um fato que o brasileiro não conhece. É o que chamamos de ilustre desconhecido pau-brasil. Ele não conhece nada do pau-brasil. Próximo. Passando para as considerações finais, o que nós fizemos, a abordagem que tentamos fazer aqui nesse breve tempo é dizer que um modelo acadêmico, com certeza, não iria salvar uma espécie como o pau-brasil. Se não tiver o envolvimento com a sociedade, se não tiver a questão do fator da educação, se não considerar a questão da fiscalização, envolvendo a sociedade nisso, porque nós, como aparelho de governo, sabemos da dificuldade que temos. É preciso realmente que se faça isso. Agora, a única maneira que temos visto é que seja nesse modelo da conservação produtiva que o cacau nos ofereceu. Duzentos e cinquenta anos de experiência do cacau permitem nos arvorar a dizer que poderíamos tranquilamente salvar não só o pau-brasil, mas o jacarandá, a braúna e outras espécies. Próximo. Agradeço a oportunidade de poder estar aqui e estímulo a que cada cidadão, cada um pense como eu cidadão, minha instituição, podem ajudar e contribuir nisso. Não dá para apenas aquelas instituições dizerem que vão salvar o pau-brasil. Não dá mesmo. É preciso envolver toda a sociedade. Cada árvore plantada custa hoje 13 reais tamanha a necessidade de agregar valores. Próximo. Esse é o *site* ainda experimental do programa. Deixo a consideração final de uma conservação sobre base produtiva.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado, pesquisador Dan Érico Lobão.

Temos aqui uma série de perguntas. A primeira pergunta que gostaria de fazer é se esse trabalho apresentado vai ficar para a CPI.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Essa é a proposta básica do programa. Isto é o relatório da primeira etapa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Bem, temos aqui algumas perguntas. Eu vou imediatamente passar a essas perguntas. Quando V.Sa. iniciou seus trabalhos junto à ABA, sabia das irregularidades existentes na maioria das empresas, tal como estoque de pau-brasil sem origem e apreendido posteriormente pelo IBAMA?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Não. A ABA é fruto, a ABA se organizou depois da proposta inicial. Parece que foi procurado pelo empresário Marco Raposo, que realmente deu o *start*, o início do projeto. Depois é que eles foram se organizando em associações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Então é "não" a resposta. V.Sa. tem conhecimento do relatório anterior da CPI do Tráfico de Animais Silvestres?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Eu vi na Internet alguma coisa relacionada a pau-brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Esta CPI abordou questões como tráfico de pau-brasil e indicou empresas capixabas e baianas para investigação do Ministério Público. V.Sa. tomou conhecimento desse assunto?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Tomei conhecimento de uma exploração que havia na Bahia e comunicamos às autoridades e fizemos a coisa. Fora da Bahia, não; não é nossa área de ação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - A CPI do Tráfico apontou indícios de possíveis irregularidades praticadas pelo Sr. Hévio Luiz Côvre, engenheiro agrônomo, lotado na Gerência 2 do IBAMA de Eunápolis, Bahia. Ele foi acusado de ter produzido laudos e vistorias fraudulentos em favor do Sr. Ney Gonçalves, sócio do Sr. Alfred Raubitschek. V.Sa. teve ou tem conhecimento disso?



O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Não, eu fiquei sabendo através da CPI e conheci inclusive ele após essa acusação da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - É verdadeiro que ele está participando agora do Programa Pau Brasil, fomento e plantio, do qual a CEPLAC é executora?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - De qual deles o senhor está falando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Do Sr. Ney Gonçalves.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Eu não conheço o Ney Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Alfred Raubitschek?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Também não. Nenhum deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Hévio Luiz Côvre?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Olha, Deputado, quanto à participação em termos de empresário ou coisa, não; eles não estão no convênio. Agora, se eles forem agricultores e tiverem se inscrito, eu não poderia dizer, porque nós estamos hoje com mais de 80 mil pedidos de agricultores e eu não consegui analisar todos que estão pedindo para plantar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Ele não é agricultor.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Então, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. não se recorda desse nome?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Hévio Luiz Côvre?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Nem nenhum destes outros: Ney Gonçalves, Alfred Raubitschek? Nenhum desses teve nada agora? Nada têm a ver com isso?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Nenhum desses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Diante da complexidade em torno da espécie pau-brasil, em ameaça de extinção, agravada pela pressão que sofre do contrabando, especialmente para atender ao mercado de fabricação de instrumentos musicais, quais são as perspectivas de uso de outras espécies para a mesma finalidade?



O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Olha, a atividade, tecnicamente, não tem, ainda não temos definido quais são as características técnicas que levam o pau-brasil a ser o que é em termos de arco e violino. Quanto a outras espécies, pelo menos na história dos arcos na França, várias madeiras foram pesquisadas. O pau-brasil se apostou como o melhor. Inclusive o pau-brasil revolucionou a música clássica quando ele ingressou na música. Em 1758, foi uma revolução na música clássica, pela sua qualidade e sua sonoridade. Então, eu duvido muito que outras espécies tenham...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Quero uma opinião muito pessoal sua. V.Sa. acredita que essa atividade pode levar à extinção do pau-brasil?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Da forma predatória que aconteceu nesses 500 anos, sim. Agora, eu acredito sinceramente, Deputado, que o que vai levar as espécies à extinção não é a questão de uma exploração em si; é a redução dos fragmentos e a antropização da região da Mata Atlântica. As espécies que tiverem capacidade de sobreviver em áreas antropizadas, aí elas terão, sim, a garantia de poder... É nessa situação que nós estamos apostando. Esse programa nosso aposta exatamente nisto: em capacidade de sobreviver em áreas antropizadas, como é o caso do cacau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Eu vou passar agora a algumas perguntas do Presidente da Comissão, que não está presente, mas está chegando aqui.

Com a desarticulação da ABA, os investidores estrangeiros, como a Confederação de Artesãos e Usuários de Recursos Naturais da França, a Iniciativa Internacional para a Conservação do Pau-brasil da Alemanha e o IPCI dos Estados Unidos não recuarão quanto ao Programa Pau Brasil do qual a CEPLAC é executora? Eles são parceiros da CEPLAC?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Não entendi bem a pergunta. A desarticulação ou articulação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Com a desarticulação da ABA. O que se está perguntando aqui é se isso não iria interferir nos parceiros internacionais da CEPLAC — basicamente isso.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - O que nós apresentamos para os parceiros, inclusive à ABA, é um modelo. Nesse modelo, apostamos tecnicamente porque 250



anos de experiência da região cacauzeira em conservar remanescentes indivíduos da floresta primária sobre cacau garantem uma ação como essa. Por outro lado também, nós, como técnicos — no caso até o colega Demóstenes, que o coordenador atual do projeto —, temos ciência de que nós precisamos buscar mais parceiros. Nós não podemos, não é ético deixarmos que a nossa espécie, símbolo nacional, seja salva por instituições estrangeiras. Não é justo para o brasileiro. É preciso envolver mais instituições; é preciso envolver o cidadão nisso. Não dá para aceitar, como cidadão, como brasileiro, que a nossa espécie seja salva por pessoas de fora, por mais que eles tenham interesse. Eu realmente... Hoje é uma luta interna para que a gente capte recursos, que a gente envolva instituições. Buscamos fortemente envolvimento de instituições e de pessoas nisso. Não dá para aceitar isso, como cidadão. Como técnico, qualquer ajuda é bem-vinda, dentro desse modelo que nos propomos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Da forma como V.Exa. vê hoje a exploração do pau-brasil para instrumentos musicais, V.Sa. acredita que esta maneira como está é sustentável como está hoje?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Olha, eu tenho muito conhecimento do que está na Bahia. Eu não posso falar realmente, eu sou aquele profissional...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Então, sobre a Bahia.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Sobre a Bahia, eu diria que o grande problema hoje nosso lá é a mudança de uso do solo, é a crise do cacau. Diria hoje, como profissional: é preciso salvar o cacau, para salvar a Mata Atlântica, e substituí-lo, como nós mostramos ali, seja por café, por pasto, mas dentro de um modelo que seja nessa conservação produtiva. Não acredito hoje que nós conseguimos manter, numa área como a Mata Atlântica, tão antropizada, áreas conservadas pela iniciativa privada, que é o agricultor. O agricultor tem um custo muito alto, com todo esse aparato legal que nós colocamos nas costas dele. Por isso é preciso que a gente tenha áreas de preservação pagas pelo Governo, escolhidas e fiscalizadas. E o agricultor entraria na casa da conservação produtiva, o que é muito importante para a conservação da espécie também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. acredita que, não obstante, evidentemente, a questão do pau-brasil ser uma questão inserida dentro do bioma Mata Atlântica, V.Sa. acredita que, por exemplo, na região cacauzeira da



Bahia, a atividade de extração da própria madeira pau-brasil serve hoje de amparo econômico para determinadas atividades financeiras nessa região? V.Sa. tem conhecimento disso? Alguém que já largou o cacau e agora está na madeira em vez do cacau? Tirou o foco?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Historicamente, a região cacauzeira — vamos dizer, Camacã, é um grande foco — em menos de 10 anos mudou o uso do solo dela. É o que incomoda, como profissional da área que eu sou, é ver uma árvore sendo vendida a troco de uma feira de semana: 20, 30 reais. É questão de sobrevivência. Na primeira sinalização que o Governo deu, com uma política pública para salvar o cacau, até outras atividades agrícolas foram abandonadas e se voltou para o cacau. Então, acredito, sim, numa política pública adequada, o envolvimento da sociedade no processo — não é nem questão da lei, não é desrespeito à lei, são leis adequadas, porque algumas legislações são feitas para uma situação e não servem para todas as outras —, com leis adequadas desse tipo e instituições que sejam capazes de aplicar as leis, aí, sim, acredito que a gente possa ter a conservação e o envolvimento nisso. Agora, na Bahia, a gente vê claramente isso: não é uma atividade madeireira, é sobrevivência. Agora, a presença do programa realmente coibiu, em alguns lugares, a exploração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - A CEPLAC, órgão da Administração direta subordinado ao Ministério da Agricultura, recebeu, segundo consta na nossa Assessoria, a importância de 97 mil dólares para realizar o programa de reflorestamento do pau-brasil no Estado da Bahia. Como esse dinheiro foi utilizado? V.Sa. tem conhecimento desse dinheiro?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Não tenho os detalhes, mas posso afirmar que não foi 97, foi um pouco mais do que isso. Foi inicialmente acordado um valor em torno de 90 mil dólares, que foi a arrecadação deles, parece que cada um deu um arco, mas depois houve agregação de valores com a entrada da GTZ, e não foi só para reflorestamento, foi para desenvolver toda a base de trabalho inicial do programa. No programa, estão previstas inicialmente 52 atividades — hoje já são 60 — necessárias para resgatar e salvar a espécie.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Esse recurso foi dado pelos compradores de arcos?



O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Foi dado pela indústria e artesãos de arcos. Na verdade, os compradores são os músicos. A indústria e os artesãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Não, os compradores de...

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - De madeira para fazer arcos, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. tem conhecimento de quem foram esses doadores?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Quando o empresário Sr. Marco Raposo esteve em Itabuna perguntando se seríamos capazes de elaborar um projeto que pudesse garantir isso, pedimos a ele que nos desse a demanda mundial para prever o que seria necessário plantar e que ele agregasse esta parte da indústria, porque não dava para trabalhar de forma separada. Hoje a gente tem noção, indicação de que eles estão se agregando no mundo, estão se esforçando para isso, mas parece que o mercado chinês não veio, a parte chinesa não veio. Essa é a informação que nós temos. São apenas informações rudimentares do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Esse dinheiro veio de fora do País?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Ele veio uma grande parte de fora, e as brasileiras também contribuíram. E é feito por uma fundação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - E esse dinheiro foi contabilizado como na CEPLAC?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Não é pela CEPLAC. É uma fundação que faz a gestão do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. faz parte da fundação?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Não, eu sou técnico da CEPLAC e posso ser chamado para elaborar projetos ou fazer. No meu caso, a participação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - A fundação é pública ou particular, privada?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Ela é pública. Eu não sei direito, mas ela é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Como é o nome da fundação?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Fundação Pau Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Fundação Pau Brasil.



O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - E é com contas previstas no Ministério Público, tem toda aquela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Fundação Pau Brasil. Peço à Assessoria que informe sobre esta fundação. Vamos pedir essas informações.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Ela, inclusive, tem sido o braço direito da CEPLAC hoje em captação de recursos para pesquisas com cacau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - E vamos fazer também à CEPLAC, é lógico, vamos pedir a V.Sa. que nos dê a informação que a CEPLAC tem a respeito dessa fundação, quais os recursos, como entraram, como foram utilizados recursos e quais os resultados.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Eu pedirei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Vou passar depois essas perguntas. V.Sa. terá até uma semana, o prazo de uma semana para remeter aqui, por escrito.

Com a desarticulação da ABA, os investidores estrangeiros, como a Confederação de Artesãos e Usuários de Recursos Naturais da França — COMUNART, a Iniciativa Internacional para a Conservação do Pau-brasil, da Alemanha, e a IPCI, dos EUA, não recuarão quanto ao Programa Pau Brasil, do qual a CEPLAC é executora. Esta pergunta já foi feita. Tal programa coloca esses 3, o IPCI, dos EUA, e a COMUNART, da França, como primeiros concedentes, e a ABA, que, na prática não mais existe, como proponente nos pontos focais. Isso aqui diz respeito a esse acordo, a esse convênio de dinheiro dos recursos?

(Intervenção Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Do programa. Já pedimos todos os dados relativos a esse programa.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Deputado, o senhor me permitiria só uma colocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Pois não.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - O programa não é da ABA. Inclusive, da desarticulação da ABA, eu não sei disso, porque nosso envolvimento com eles é só de prestação de contas das atividades desenvolvidas. O programa é feito por profissionais, até de forma interdisciplinar e interinstitucional, para salvar uma espécie no modelo que nós conhecemos. Ele é apenas o financiador do processo,



porque ele tem interesse na produção final. Não é um programa da ABA que a CEPLAC executa. É uma proposta técnica que eles financiam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Quer dizer que a ABA não foi a proponente?

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - É uma proponente que discuti na fase inicial, não é proponente técnica, ela não chegou com o programa para ser aplicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Bem, eu vou passar essas perguntas, por escrito, aquelas que não foram respondidas tanto as minhas quanto as do Presidente da Comissão, para que V.Sa. possa, no prazo de uma semana, mandar para a Comissão.

Passo, então, às mãos de V.Sa. as perguntas, algumas foram respondidas, outras não, e algumas não estão aqui como aqueles documentos que eu pedi a respeito daquele financiamento, todo o processo e toda a constituição e as relações institucionais entre a CEPLAC e a fundação que gerencia os recursos transferidos.

Então, Dr. Dan Érico Lobão, V.Sa. está dispensado. Agradeço a V.Sa. a colaboração. Se forem necessários alguns esclarecimentos posteriores, vamos tomar a liberdade de pedi-los.

O SR. DAN ÉRICO LOBÃO - Faço o convite inclusive a V.Exa. e à Comissão para que conheçam a região cacauera — sei que o senhor conhece a região cacauera — e conheçam esse modelo do sistema Cabruca, que pode salvar não só esta espécie, como outras também da Mata Atlântica. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito bem. Estamos aguardando também a remessa desse projeto.

O SR. DEPUTADO FEU ROSA - Sr. Presidente, achei extremamente profícua a palestra do Dr. Lobão. E queria, se for possível, mesmo não sendo membro da Comissão, mas, se for o caso, o nosso representante do PP fará as vias da burocracia exigível, porque temos, eu diria até, uma situação empresarial própria, que é caracteristicamente o orgulho do Espírito Santo e, no âmbito do Brasil, não é conhecida, mas no âmbito mundial é, no mercado principalmente de música, de orquestra sinfônica em que se utilizam muitos violinos, escolas de música no exterior, como nos Estados Unidos, Europa, Japão, e assim por diante. Então, se fosse possível, como nós acreditamos que no trabalho com a comunidade carente, o trabalho de sustentabilidade existe um esmero e um cuidado muito grande para a



preservação da espécie, porque o núcleo empresarial é pequeno. Se a espécie for extinta, vai acabar aquele tipo de atividade econômica. Então, sugiro à Comissão que, se fosse possível, em um dia, nós pudéssemos fazer a visita a todas as empresas de arcos de violino existentes no Espírito Santo, porque são 3 Municípios muito próximos, em um dia.

Faço o convite, em nome da bancada do Espírito Santo e em nome até das Prefeituras dos 3 Municípios, de Domingos Martins, João Neiva e Aracruz, para que isso fosse feito, porque quaisquer dúvidas que persistirem em relação a essa matéria, acredito que é como diz o ditado chinês: mais vale uma olhadela do que mil estratégias. Então, uma olhadela no complexo criado entre sociedade, produção, ecossistema e sistema social existente nas comunidades mostrará à Comissão exatamente o que se está fazendo para a preservação do pau-brasil e para a preservação da qualidade da nossa indústria de arcos de violino, de instrumentos de corda.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado, Deputado Feu Rosa.

Vamos aguardar a formalização do convite, que transmitirei aos membros da Comissão para que possam avaliá-lo.. Desde já, vejo com muita simpatia o convite de V.Exa.

O SR. DEPUTADO FEU ROSA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Passando adiante, convidamos imediatamente o Sr. Marco Antônio Raposo Nascimento para tomar assento à mesa.

Bem, em conformidade com o art. 210, em atendimento ao art. 203, peço à testemunha que faça o juramento.

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Segundo o art. 342, fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha: pena de reclusão de 1 a 3 anos.

Acabei de conversar com o Sr. Marco Antônio Raposo e, inteligentemente, ele abriu mão de sua exposição, e nós vamos imediatamente passar às perguntas.



Durante as respostas, evidentemente que S.Sa. pode perfeitamente acrescentar os dados que achar convenientes. Então, vamos à primeira pergunta. Há quanto tempo V.Sa. trabalha com pau-brasil?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Iniciei minha profissão em 1996 — cerca de 9 anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. poderia detalhar como tem sido essa atividade?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - O senhor pode ser um pouco mais específico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Como começou, um pequeno historicozinho.

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Bem, eu era comissário de bordo e voava internacionalmente para a Europa e Estados Unidos. Sou daqui de Brasília, nasci e fui criado aqui, e tinha uma amiga minha que ingressou nessa profissão, iniciou a empresa Water Violet, no Espírito Santo, e me pediu que vendesse alguns arcos para eles, que mostrasse seus produtos em Nova Iorque, para onde eu tinha meus vôos regulares. Bom, fiquei com eles 10 meses, não deu certo trabalhar com eles, me interessei pela profissão e fui para a universidade de New Hampshire, nos Estados Unidos. Parei de voar, fiz um curso intensivo lá e comecei a minha profissão. Voltei para o Brasil, conheci o meu sócio, ex-sócio, Sr. Floriano Renato Rupf, em Domingos Martins, e resolvi começar a Arcos Marco Raposo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - O senhor acredita que a ABA esteja desarticulada hoje em dia?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - De forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Não?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Então, como V.Sa. vê a participação de investidores estrangeiros, como COMUNART, IPCI, da Alemanha e dos Estados Unidos? Elas continuam trabalhando normalmente com a ABA?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Olha, a única parceria que nós temos, que a ABA tem com a comunidade internacional é através do programa da CEPLAC, que o Dr. Dan Lobão explicou aqui agora. Mas nós não



trabalhamos juntos. Além da CEPLAC, não temos nenhum vínculo com outros projetos. Ou seja, efetivamente os projetos desenvolvidos pela ABA até aqui não têm nenhuma participação do mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. entende que a matéria-prima desses instrumentos musicais é de origem ilegal ou legal, ou V.Sa. não sabe ao certo qual a origem dessas matérias-primas? Qual a impressão que V.Sa. tem sobre o assunto?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Veja bem, Sr. Deputado, a história de arcos de violino no mundo tem cerca de 300 anos e, no Brasil, cerca de 35 anos. Se eu não estou enganado — eu não tenho exatamente certeza do ano em que as leis no Brasil foram criadas —, eu acredito que por volta dos anos 80 realmente a proibição do uso do pau-brasil no Brasil foi... — as leis foram criadas. Mas, respondendo à pergunta de V.Exa., acho que tem um histórico aí em que grande parte da indústria não é ilegal, mas tem uma parte, sim, também que opera ilegalmente hoje em dia, segundo minha visão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. tomou conhecimento do resultado da CPI do Tráfico de Animais Silvestres, da Extração Ilegal de Madeira, da CPI passada, do relatório?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Sim, tomei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Exa. tomou conhecimento nesse relatório certamente que a origem dessa matéria-prima era ilegal?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Mesmo assim, V.Sa. acredita que uma atividade que usa madeira de origem ilegal pode continuar funcionando?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Acredito que a situação da origem ilegal pode ser revertida. Ou seja: existem situações, como, por exemplo, a madeira de demolição, hoje disponível e que, legalmente falando, pode ser usada e pode ser usada para fazer arcos de violino. Então, acredito que é ilegal hoje a situação de alguém ir às florestas e cortar o pau-brasil totalmente ilegal essa atividade, mas um reaproveitamento de madeira de demolição — e quando eu chamo madeira de demolição, por exemplo, eu estou dando um único exemplo para que o senhor entenda a minha afirmação —, esse tipo de madeira pode vir a ser usado em vez de numa cerca para confeccionar arcos de violino. Esse é um



exemplo. Um segundo exemplo também, que é o que eu venho trabalhando até então, é justamente para propagar o fomento do pau-brasil. O ciclo da madeira do pau-brasil é de 25 anos. Então, se nós começarmos um fomento, que é o que a gente já vem fazendo, mas eu estou falando de um fomento que abasteça não só a indústria nacional, mas a indústria internacional, eu acredito que esse quadro possa ser revertido facilmente num período de 25 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Quais as atividades de fomento que V.Sa. conhece por parte da indústria arqueteira?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Bom, vou te dar o meu exemplo para começar, que nós temos um bosque hoje com cerca de 7 mil árvores. O bosque tem 8 anos de existência e algumas árvores estão atingindo cerca de 5 metros de altura. Sei que os meus colegas de profissão também praticam fomento nas suas indústrias. E essa foi a proposta justamente da criação do projeto CEPLAC, e não só do projeto CEPLAC, mas outros que a gente vem desenvolvendo para verificar se realmente a gente consegue executar um megafomento e abastecer a indústria no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. afirma, então, que é dono de uma indústria. É isso?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Que a sua indústria não usa produtos de origem legal.

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Pau-brasil é de origem legal, o senhor afirma aqui na CPI?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Afirmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - A origem dos produtos da sua empresa todos eles são legalizados?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Sim. Tenho de contar uma história. Há 2 anos fomos — as 4 empresas do Brasil — até Brasília denunciar o americano Alfred Raubitschek. Na realidade isso é que deu início à CPI quando ele foi indiciado. Ele publicou numa revista dos Estados Unidos que era a única fonte legalizada no Brasil de pau-brasil, isso com o consentimento do IBAMA e do Governo brasileiro. Então, nós viemos aqui e confrontamos aquela revista.



Perguntamos primeiro se procedia, recebemos um documento do IBAMA de que não procedia...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - ... e através disso que se instaurasse a CPI do Pau-brasil. Através do depoimento Alfred Raubitschek eles fizeram batidas nas 4 empresas na ocasião. No caso da minha empresa, eu estava inclusive nos Estados Unidos na época, e nossa madeira foi apreendida e nossas notas foram levadas para averiguação. O processo ainda continua em andamento. Houve algumas irregularidades no processo e, por conta disso, eu retirei o processo do Espírito Santo e solicitei à Ouvidoria Geral da União que o analisasse porque continha algumas irregularidades. Eu não tenho até hoje a resposta, porque o processo ainda não foi encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Infelizmente fui comunicado que a Ordem do Dia está para começar. Antes gostaria de colocar em votação... Então, já que não existe um Deputado aqui presente para ler o requerimento de votação. Vamos esperar mais um pouco, mas, desde já, começo a entregar as perguntas porque não teremos mais tempo hábil. Peço à Consultoria — se tiver algum interesse — que traga alguma pergunta que considere fundamental. Esta CPI foi informada de que ABA não conhece o cidadão belga Pierre Guillaume, *archetier*, proprietário da Archete Brasil Instrumentos Musicais Ltda., tido como principal contrabandista de pau-brasil para a China e Europa. Esta CPI também foi informada de que ele é parceiro de Celso Mello, que no Programa Pau Brasil é o representante brasileiro na IPCI e COMUNART e sócio de Floriano Schaffer na empresa Arcos Brasil, que hoje tem em seus depósitos um estoque de 50 toneladas de pau-brasil apreendidas pelo IBAMA sem origem legal. V.Sa. poderia comentar essas afirmações?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Olha, a afirmação de que não conheço Pierre Guillaume não procede. Eu o vi 2 vezes: uma em Paris durante uma feira do IPCI e outra nos Estados Unidos, em Cincinnati, durante encontro da sociedade de violonistas da América. Em relação à sociedade entre Celso de Mello, Arcos Brasil e Pierre Guillaume, eu realmente não tenho conhecimento de qualquer situação desta natureza. Qual a terceira pergunta?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Esta CPI também foi informada de que o Sr. Pierre Guillaume é parceiro de Celso Mello, no Programa Pau Brasil e é o representante brasileiro na IPCI e COMUNART e sócio de Floriano Schaffer na empresa Arcos.

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Então, vou ler o parágrafo e dar as respostas. *“Esta CPI foi informada de que a ABA não conhece o cidadão belga Pierre Guillaume, archetier...”* — já disse que conheço — *“proprietário da Archete Brasil Instrumentos Musicais Ltda...”* — não sei essa informação — *“e tido como o principal contrabandista de pau-brasil para a China e Europa”* — também não sei essa informação — *“Essa CPI também foi informada de que ele é parceiro investidor financeiro de Celso Melo, que, no Programa Pau Brasil, é o representante brasileiro na IPCI e COMUNART”* — bom, eu acho que essa pergunta deveria ser dirigida ao IPCI e à COMUNART. Deixo também aqui registrado que eles solicitam, se possível, que haja uma representação do grupo aqui junto à CPI, porque eu não fui autorizado a poder falar por eles. Então, por isso eu realmente não posso responder essa pergunta, por desconhecer. *“E sócio de Floriano Schaffer na empresa Arcos Brasil, que hoje tem, em seus depósitos, estoque de 50 toneladas de pau-brasil apreendidas pelo IBAMA sem origem legal”* — também desconheço essa informação. Aí está perguntando aqui...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Sim. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Yung Chin, Presidente Internacional da IPCI, com sede em Nova Iorque, alega que não precisa mais de interlocutores como a ABA para fazer negócio no Brasil. Isso procede?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Sim, eles querem — eles — ter uma representação aqui no Brasil, porque a ABA nunca foi interlocutora da IPCI no Brasil. Nós fomos parceiros, como no programa da CEPLAC da Bahia, como a Universidade Estadual do... — UESC, não é? Esqueci a sigla, mas é ali da Bahia também, como todos os parceiros, participantes do programa da CEPLAC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - O proprietário da empresa Arcos Brasil, Floriano Schaffer, declarou ao IBAMA e à Polícia Federal que tem em seus armazéns a volumetria aproximada de 180 toneladas de pau-brasil. Ele



entende ter em mãos um verdadeiro tesouro e, com o combate ao tráfico, teme sofrer algum atentado. Qual é a opinião de V.Sa. a esse respeito?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Eu desconheço a quantidade de madeira que eles têm de estoque hoje. Realmente, desconheço. Tenho que deixar claro algumas situações. As empresas brasileiras deixaram de participar da ABA. A Arcos Brasil deixou de participar da ABA em março de 2004, a Water Violet deixou de participar da ABA em abril de 2004 e a Arcos Horst Jonh, a John Brasil deixou de participar da ABA em agosto de 2004. Ou seja, a partir daquela data, eu desconheço qualquer movimento que essas empresas têm feito isoladamente. Realmente eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Uma pergunta do Presidente da Comissão. (*Pausa.*)

Vamos rapidamente interromper os questionamentos. E eu vou passar a Presidência ao Deputado Josué Bengtson, para que ele possa ler um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) - Requerimento nº 151, de 2005, do Sr. Sarney Filho, que requer a realização de diligência no Estado do Maranhão.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, este requerimento se dá em razão de denúncias que me foram apresentadas na última visita que fiz à região de Açailândia, no Maranhão. Segundo aquela denúncia, está havendo extração ilegal de madeira na reserva biológica do Gurupi.

Portanto, esse requerimento é apenas para que a CPI possa fazer essas investigações *in loco*. Mas, conforme também acordo anteriormente assumido, gostaria de, na justificativa, no último parágrafo da justificativa, tirarmos a última parte: como já está prevista a ida de membros da CPI ao vizinho Estado do Pará na primeira semana de novembro, sugere-se que seja aproveitada a viagem para efetuar mais essa investigação, tendo como apoio a cidade de Imperatriz do Maranhão.

Toda essa parte eu pediria que fosse retirada, para que não houvesse nenhuma dúvida quanto à localização da diligência, que é somente no Estado do Maranhão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Josué Bengtson) - Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com a alteração já anteriormente mencionada pelo Deputado Sarney Filho, autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Esta CPI — esta pergunta é do Presidente — tem conhecimento de que todo o material produzido por empresas archetárias — é archetárias ou arquetárias?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - É archetárias, foi como a ABA foi criada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - ... é exportado mediante utilização dos serviços Exporta Fácil, dos Correios. V.Sa. poderia explicar se é verídica esse afirmação, primeiro?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Acredito que parte das exportações, sim, mas, tirando pela minha empresa, nós também exportamos. Hoje em dia, a prática de usar o Exporta Fácil é para meia dúzia de arcos, quando um cliente pede. Quando a gente está exportando acima de 50 arcos, então a gente usa..., porque sou importação e exportação, a minha empresa. Então, a gente usa o sistema de exportação padrão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - O material tem de ser acompanhado de algum documento fiscal para essas exportações?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - No caso da minha empresa, ele vai acompanhado de uma nota fiscal, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Mas, sem ser a sua empresa, V.Sa. tem algum conhecimento se é necessário isso?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Olha, não é necessário. Na realidade, não é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Não é necessário?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - E o conteúdo é vistoriado pelo Correio ou o Correio aceita a declaração de exportação?



O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Varia. Tem vez que o senhor vai a um determinado Correio e ele vai abrir todas as caixas, mas, no geral, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Só para um esclarecimento meu, mesmo, essa exportação, por exemplo, é declarado no Correio o produto que está se exportando, o conteúdo que é de origem vegetal, tal, tal, tal?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - É discriminado o produto. Arcos de violino, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - V.Sa. considera que a ABA não está desarticulada.

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Seguramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Mas, das 4 associadas originais, segundo a Assessoria me informa aqui, 3 já se desligaram. O que isso significa, foram outras articulações ou não é procedente essa afirmativa?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Não, essa afirmativa é procedente e elas se desarticularam por divergência de quererem, ou seja, a ABA foi aberta em 2002. A partir daí, eu fui escalado, quando éramos as 4 empresas, para que eu fosse Presidente nos 2 primeiros anos. Durante esses 2 anos, eu fiz algumas propostas de projetos aos associados, mas que não houve muito interesse, porque isso envolvia também questões econômicas e investimentos acerca da ABA. Bom, em 2004, começamos nossas parcerias com o Governo. Então, no Espírito Santo, com o INCAPER, que é o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural, com o INDAF, que é o Instituto de Defesa Agroflorestal do Espírito Santo, com Projetos Corredores Ecológicos, onde plantamos 2.000 mudas no primeiro corredor ecológico do Espírito Santo, com a UFES, que é a Universidade Federal do Espírito Santo. Agora estamos com propostas em discussão com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com a FLONA, ou seja, com a Floresta Nacional Mário Xavier, e com a rede RIOESBA, a Rede de Mata Atlântica de Sementes. Ou seja, todos bem ativos esses contratos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Mas, no caso, a ABA agora só tem a sua empresa.

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - A minha empresa...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Não tem mais nenhuma outra?

O SR. MARCO ANTÔNIO RAPOSO NASCIMENTO - Em se tratando de empresa, não. Hoje a ABA são 68 associados, dos quais 30 são da minha empresa. Temos músicos, temos pesquisadores que fazem parte da ABA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito bem. Bem, infelizmente, começou a Ordem do Dia. Eu vou passar todas as perguntas. Aquelas que já foram respondidas não precisam, evidentemente, responder de novo, mas as que não foram respondidas ainda, por favor, nos mandem até no prazo de uma semana para a CPI. Então, eu vou passar as perguntas do Relator e as do Presidente que estão aí também.

Não tendo mais nenhum assunto a ser tratado, eu declaro encerrada a presente reunião, convocando as Sras. e Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, que realizar-se-á no dia 9 de novembro, às 14h30min, neste plenário.

Está encerrada a presente sessão.